

# CMN aguarda hora de homologar

A dificuldade para se chegar ao consenso dentro do governo pode adiar por mais alguns dias a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), que ratificará o novo **pacote** de medidas para reduzir o déficit público e conter a inflação: após sucessivas reuniões, inclusive um despacho com o presidente João Figueiredo, o ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, garantiu ontem à noite que "ainda não está marcada a reunião do CMN", prevista anteriormente para amanhã.

Galvêas saiu para o Palácio do Planalto por volta das 15 horas, acompanhado do representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), Alexandre Kafka, e retornou ao seu gabinete por volta das 19h30min, após manter reuniões com o ministro Delfim Netto, do Planejamento, na presença também do presidente do Banco Central, Carlos Langoni, além de despachar com o Presidente da República. Evitando responder perguntas sobre o **pacote** em preparação, o ministro disse apenas que o governo "continua trabalhando" em cima das medidas.

O fato de não estar oficialmente convocada a reunião do CMN, entretanto, não quer dizer que os conselheiros não se reunirão nesta quarta-feira disse logo depois um assessor do ministro da Fazenda, lembrando que estas decisões são tomadas de uma hora para outra,

quando se trata de medidas com forte impacto sobre o mercado financeiro. Outros membros do CMN - como o ministro Camilo Penna, da Indústria e do Comércio - continuam reservando sua agenda do dia 8 a um eventual convite para a reunião.

Antes do retorno de Galvêas ao Ministério, um técnico da área econômica governamental confirmou que a decisão final sobre as medidas do **pacote** estava sendo tomada pelo próprio Presidente da República, o que deveria ter acontecido ontem. Como o ministro saiu do despacho sem saber para quando deve convocar os conselheiros, tudo indica que ainda não se chegou a um consenso em torno dos principais itens da pauta do CMN.

A mesma fonte explicou que o adiamento do **pacote** não pode ser atribuído aos entendimentos com o FMI. "Não tem nada pendente, pois o déficit do setor público no primeiro trimestre já foi absorvido" informou, lembrando que o objetivo básico do conjunto de medidas em preparação é "corrigir o rumo da economia brasileira daqui em diante". Embora não tenha revelado o teor dos desentendimentos entre as autoridades econômicas sobre o **pacote**, este técnico disse que provavelmente o Presidente da República encarregará cada ministro de divulgar as respectivas medidas logo

após a reunião do Conselho, deixando de lado a idéia de fazer um pronunciamento à Nação.

A demora na divulgação das novas medidas vem provocando reações negativas não apenas entre os empresários - cujas decisões estão praticamente suspensas até saberem qual será o teor das medidas - mas também entre os próprios técnicos governamentais de diferentes áreas. Decisões que já estavam praticamente certas no âmbito do Banco Central - como a eliminação das altas de preços, decorrentes do **pacote**, do cálculo do INPC que regula os reajustes salariais recebem desmentidos em outros órgãos, como a Seplan, revelando divergências.

No final da tarde de ontem, uma medida tida como certa para integrar o **pacote** era a taxa adicional de 3% de imposto de Renda na fonte para as aplicações no **overnight** (mercado aberto de curtíssimo prazo). A Secretaria da Receita Federal já está preparando o esquema para recolher este imposto diretamente junto às instituições financeiras, embora os técnicos não saibam informar o volume de arrecadação adicional que será obtido com a medida. Para se ter uma idéia, estima-se que diariamente são girados cerca de Cr\$ 6 trilhões no mercado aberto, entre ORTN (títulos de longo prazo) e LTN (títulos de curto prazo).